



## ***PORTO NATURAL E A ILHA DE SANTA CATARINA: interfaces do circuito da navegação e a localização geopolítica***

**André Souza Martinello**

Departamento de Geografia (UDESC) andresoumar@gmail.com

Uma quantidade de viajantes, atraídos principalmente pelo Rio da Prata e imediações, deixou relatos e impressões diversas, muitos deles coligidos no livro *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*, obra organizada no século XX, por Martim A. P. de Haro (1996). Nela percebe-se tanto presença de variadas origens da nacionalidade dos estrangeiros, como também trechos denunciadores da presença e de aspectos da colonização portuguesa, quando, por exemplo, Amédée François Frézier na primeira década dos setecentos, assim disse da ilha de Santa Catarina: “É uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro.” Ainda segundo o mesmo viajante, os moradores de “12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira mar nas pequenas enseadas fronteiras à terra firme”; ali viviam portugueses, parte de europeus fugidos (ou desterrados), negros e “vê-se também índios, alguns servindo voluntariamente aos portugueses, outros que são aprisionados em guerra.” (FRÉZIER, 1996, p.23).

Nos relatos de alguns viajantes no início do século XVIII, percebe-se expressões tanto de temor como de admiração nas descrições feitas – elogiando a exuberância ou considerado perigo – das matas da Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) da ilha e, de partes do litoral, enxergado pela navegação costeira realizada.

Chegava-se a descrever como se fosse uma elevada excessiva presença de vegetação, causadora de temor e também como barreira e refúgio. Apresentada em constantes relatos a sugestão de não frequentar as áreas de cobertura vegetal, associadas ao desconhecido; as opiniões negativas invertiam-se quando avistavam próximo as florestas os elogiados pássaros, as árvores e demais plantas conhecidas pelos próprios viajantes, ainda mais se pensadas como úteis. Diz Frézier, (1996, p.22): “[...] entramos



em uma propriedade abandonada de onde carregamos para nosso escaler quantidade de laranjas doces, limões e grandes limas.”

Pareciam se impressionar com a quantidade de animais, inclusive para se abastecerem, “chamou-nos a atenção”, relatou Frézier em passagem de 1712, “manadas de bois selvagens.” Mas, pareciam ver, ao menos assim descreveram, as terras cerradas com matas como lugares não indicados a frequentar. Pelo motivo de serem áreas consideradas fechadas de mato, viajantes diziam, quem ali estivesse pela exuberância da floresta poderia considerar-se protegido. Segundo entendeu Georg Shelvocke quando aportou em 1719: “A ilha é toda coberta de matas inacessíveis, de forma que, com exceção das plantações, não existe uma só clareira nela toda.” (SHELVOCKE, 1996, p.46).

É perceptível nos textos dos viajantes, como muitos esforçavam-se a darem a entender terem lido relato de alguém já passado por onde descreviam estar. Faziam constantes lembranças de trechos percorridos por outros e dos dizeres dessas presenças prévias. Inclusive, pelas referências feitas, “citavam-se” uns aos outros nos seus relatos de impressões. Mencionavam paisagens e situações ou momentos e espaços relacionando, às vezes, seu depoimento em texto com “bibliografia” de outro viajante, previamente passado por ali. Mesmo sendo muito influenciados uns nos informes dos outros, também se fazia críticas, inclusive, satíricas, permitindo constatar uma relativa autonomia intelectual e perfil autoral nas opiniões de alguns daqueles viajantes. Quando se encontravam no porto de parada, também os próprios viajantes se avaliavam; descreviam-se entre eles. Teciam comentários e opiniões jocosas. Como fez Betagh (1996, p.56) quando não deixa de ser atento e irônico na forma de relatar a presença de cristãos endinheirados de passagem pela ilha, provavelmente vindo de regiões auríferas, mineradoras e indígenas em direção à Europa:

Eu devo informar ao leitor que La Jonquière tinha a bordo de seu navio uma boa soma de dinheiro real e aproximadamente vinte padres, alguns dos quais tinham estado por muitos anos no Peru, Chile e no Paraguai, como missionários propagadores da fé. Lá haviam enchido seus bolsos, sendo que o evangelho provara ser um negócio lucrativo. (BETAGH,1996, p.56)



Essa prática de associar impressões com autores de outros relatos preexistentes e às vezes, até citações de textos publicados, conduziram, direcionando de maneira quase homogênea, ou de maneira muito parecida, às impressões dos próprios viajantes.

Citavam-se depoimentos, como espécie de alerta, dizendo dos riscos por quem ali passara antes, ou ainda, de como já havia mudado alguma característica, anteriormente descrita por algum outro viajante.<sup>1</sup> E acima de tudo, criavam-se tantas expectativas prévias com esses relatos, só comparável com a quantidade dos desejos em instruir e prevenir: “[...] nós deixamos sem arrependimento uma ilha, da qual nós tínhamos formado as mais elogiosas ideias, mas que, quanto aos víveres, aos refrescos e à hospitalidade, não corresponderam de maneira nenhuma à nossa expectativa.” (ANSON, 1996, p.72). Claramente, nem todos concordavam entre si.

Muitos também pareciam desejar seus relatos como legítimos e *servindo para algo*, úteis, ao precaver. Descrevendo alertas, manuais indicativos de como proceder nos mares do hemisfério sul da América “[...] nós chegamos ao ancoradouro na Ilha de Santa Catarina e vimos que ele correspondia muito bem às nossas expectativas; lá existia madeira suficiente, mas que deveria ser cortada com nossas próprias ferramentas, já que os ilhéus não as possuíam.” (SHELVOCKE, 1996, p.33). Nos relatos de alguns viajantes, aparecem elogios a quem deixara úteis informações e precisas instruções.

A pesquisadora Luciana Rossato (2007) estudou os olhares dos viajantes e algumas das opiniões tão *comuns* entre eles e as mútuas referências ou trocas de informações. Comenta ela, como uma estratégia dos próprios relatos e intenção de mencionar outro viajante já tendo percorrido o palco e lugares relatado, feito de maneira tão fiel e semelhante descrição, cujo estatuto em outro paradigma poderia até ser apontado como uma *cópia*: “A despeito da autoria ser nomeada, constata-se a repetição de ideias em comentários sobre determinada região que, numa outra área de conhecimento, poderia ser considerada como plágio.” (ROSSATO, 2007, p.18). A estratégia de citar ou copiar um prévio relato, buscava atingir um estatuto de autoridade, maior reconhecimento e

---

<sup>1</sup> Exemplo da referência de outro viajantes citado no texto, desprende-se, ainda, do relato de Shelvocke Betagh (Apud Haro, 1996, p.47): “Quantos às excelentes casas de moradia mencionadas pelo Sr. [Amédée François] Frézier [que esteve na ilha em 1712], nenhum de nós logrou ver nenhuma delas.”



credibilidade ao próprio depoimento escrito: “Nesse aspecto, a repetição de comentários e, muitas vezes, de opiniões sobre o outro constitui um aspecto que contribui para reforçar a veracidade do texto produzido.” (ROSSATO, 2007, p.18). Buscava-se reconhecimento ao mencionar autoridade e estatuto de verdade para o dito.

A densidade das florestas como potencial a dar segurança aos moradores – embora a mesma mata vista como fechada, considerada perigo para quem não soubesse os segredos de ali sobreviver – é um exemplo dessa repetição dos comentários entre vários e diferentes viajantes. Se na passagem em 1719, viajante Shelvocke (1996, p.47) diz: “Não têm eles, nenhum local que possam chamar de ‘cidade’, nem tampouco qualquer fortificação de qualquer espécie, com exceção das matas.” Esse mesmo viajante argumentou como estaria na Mata Atlântica a proteção para quem precisasse, por exemplo, refugiar-se: “Estas [florestas], com efeito, são um ótimo refúgio, para onde podem escapar com segurança em casos de ataques.” Tal referência, menção ou metáfora das matas como uso de sistema de *defesa natural*, aparece no relato de Frézier (que Shelvocke e outros mencionam em seus textos) passado pela ilha sete anos antes, em 1712. Quando viajante diz como as pessoas possuíam poucas espingardas e rara pólvora; viviam tranquilamente, pois tinham a floresta: “[...] estão, no entanto, suficientemente defendidos pelas matas onde uma infinidade de espinheiros de toda espécie as torna quase que impenetráveis, de sorte que, tendo sempre a retirada segura [...]” (FRÉZIER, 1996, p.23).

Outro aspecto, muitíssimo regular nos depoimentos escritos dos viajantes, estava na satisfação de uma boa parada das embarcações da ilha. Também nesse aspecto mencionam-se “a si mesmos” ou uns aos outros para reforçar, ou comparar a qualidade das informações ou credibilidade dos relatos dos viajantes. Algumas vezes também tais menções envolviam detalhes logísticos, cartográficos, ou melhor, as práticas para evitar encalhes, profundidade das baías, alertas de possíveis naufrágios ou outros problemas nas embarcações. O que e onde era mais pertinente fazer quando a embarcação ancorada e recomendações à tripulação após chegada em solo, também apareciam em seus textos.

É importante entender a territorialidade marítima conformada como certo lugar de parada, portanto, de encontros entre os viajantes e constante interação entre eles próprios.



Vindos de lugares diferentes, com destinos e intenções diversos; estratégico lugar para as rotas. Tendo diversidade de frequentadores, reforça um caráter badalado da ilha. Shelvocke (1996, p.37) conta da presença de uma embarcação com bandeira da França, comandado pelo navegador Dumain Girard e da interação que tiveram, “Eu” – escreve o chefe da tripulação inglesa – “também comprei dele 60 queijos e 300 libras de manteiga para completar o nosso estoque de provisões.” Assim, viajantes realizavam seus abastecimentos vários, inclusive comercializações direta, entre as próprias embarcações e não, apenas, entre populações locais e viajantes, ocorrendo transações comerciais entre os próprios europeus, passando a dar uso próprio (ou influenciando) nas dinâmicas das relações sociais com os espaços ilhéus.

Tanto os relatos de época, como também a literatura já muito bem cobriram a atração da ilha na recomposição das embarcações para continuar viagem; esse é um tipo de territorialidade dos usos socioespaciais da ilha. É importante mencionar como “O litoral é, contudo, uma zona de contato não apenas na perspectiva da geografia física, mas igualmente na ótica do estudo da relação espacial entre sociedades.” (MORAES, 2010, p.308). A partir de análise realizada dos relatos de viajantes alguns aspectos mencionados nos usos e paradas dos considerados portos naturais da ilha de Santa Catarina e as justificativas de ali aportar:

**Box 1: Alguns fatores e destaques na constituição de uma territorialidade marítima na ilha**

- Abastecimento alimentar (carne, legumes, frutas, frutos do mar, peixes), para consumo próprio da tripulação, tanto para ampliar estoques das embarcações como evitar consumir o que as embarcações portavam, incentivava-se consumo disponível nos recursos naturais da ilha e mediações;
- Acesso a água potável e outras bebidas tais como vinho, cachaça, ou líquidos como tipos de vinagres para limpar embarcações, por exemplo;
- Elogio à comunidade local: seja algumas autoridades, população “acolhedora” (ou ao menos, vista como não hostil) e disponível às trocas mercantis, escambo e demais apoios (ou mesmo alguns serviços/atenção) aos viajantes;
- Acesso à madeira, matérias primas e alguns outros materiais/ferramentas para reparos;



- Considerações positivas de diversidade de produtos a serem encontrados.

Fonte: organizado por mim, com base nos relatos de viajantes acessado em HARO (1996).

Não havia apenas passagens instantâneas ou momentâneas do curto tempo de parada. Às vezes as condições climáticas, as estações do ano ou os regimes de navegação favoráveis ou não, definiam maior ou menor tempo de permanência na ilha. Além de completarem seus estoques e aprovisionamentos, relatos afirmam chegarem até a realizar produções agrícolas no tempo em que estavam atracados. Um viajante que pretendia ficar uns dois ou três meses ali aguardando “[...] uma melhor época para navegar ao largo do Cabo Horn. Por isso, tão logo lançou âncora, mandou alguns dos seus homens cavarem uma pequena horta e semearem alguns alfaces e outros tipos de verduras para salada.” (SHELVOCK, 1996, p.37). Em uma concepção contemporânea, hoje, se poderia dizer que muitos desses viajantes fizeram da ilha lugar de moradia, mesmo não permanente, mas que deixavam marcas: “Tem-se naturalizado algumas árvores frutíferas de Portugal” (CASAL, 1943, p.134). Manuel Aires de Casal (1943, p.124) assim disse de quando registrou a sua passagem: “Todas as hortaliças de Portugal aqui prosperam, principalmente as cebolas.”

A interação entre viajantes/tripulação com a ilha era intenso envolvendo diferentes aspectos e sujeitos, inclusive um consumo complexo de recursos não desprezíveis. Os relatos de viajantes ajudam a visualizar a apropriação e relação mercantil realizada por eles: “[...] bem em frente à parte extrema sul da Ilha de Santa Catarina, eles têm gado preto em grande número, algumas cabeças das quais nos foram fornecidas e que compramos a preço razoável.” (SHELVOCKE, 1996, p.47). Vários relatos dedicam-se a descrever e a tentar convencer como a ilha era um lugar favorável ao abastecimento, “Eles desfrutam das bênçãos de uma terra fértil e um ar muito saudável e não têm falta de nada, a não ser de roupas.” (SHELVOCKE, 1996, p.47).

Aspectos até aqui elencados e citados sobre a ilha são para dizer da territorialização implementada a partir de uma porção de terra no mar. Trata-se de um período “quando as condições naturais prevaleciam na definição das ‘*vocações locais*’.”



(MORAES, 2014, p.28). É sobre o que talvez se pensasse como vocação dos aspectos naturais da ilha, que possibilitou nela instituir uma territorialidade de tipo marítima.

Não bastava para a apropriação territorial da metrópole, que quem na ilha estivesse e em contato com quem por ali parava embarcações, se sentisse protegido por densas matas ou pudesse buscar refúgios ao interior. Ser um bom lugar para as embarcações e sua condição favorável a tornam de interesse não apenas para a navegação, mas para o poder. Era necessário, na visão colonial, o próprio Império precaver-se e, fortificar, como um lugar de defesa. E não para defender a própria ilha apenas e estritamente, mas para, do lugar dela, apoiar toda vontade de domínio da macro região da bacia do Rio da Prata e da parte meridional da América portuguesa.<sup>2</sup> A ilha passa a ser colocada com uso indispensável no apoio da manutenção do domínio.

Então passa-se, ao que estou denominando de uma segunda camada de territorialização, agora mais claramente Estatal (período que vai se somar à centralidade da navegação/localização da ilha), a escolha da mesma como um ponto de defesa e estratégia militar portuguesa. Passa a ser planejada como ingrediente, ou melhor, uma peça indispensável no exercício e estratégia de defender e conservar os domínios meridionais da metrópole (SALOMON, 2002, p.12). É aqui um particular importante na base territorial de Santa Catarina, a ilha passa a ser Ilha: *entra* como elemento de destaque na maior precisão do que venha a ser *governar*: “[...] governar ligada ao exercício de defender, conservar e ordenar os domínios do soberano, a qual se estende até o início do século XIX.” (SALOMON, 2002, p.65).

Vale dizer novamente, lugar favorável de passagem, parada e ponto de uso como porto, constitui um tipo destaque (e mesmo “lugar de encontro”) naquela época de predomínio de regime de navegação, como tratei até aqui: de uma territorialidade marítima.

### ***Referências bibliográficas***

---

<sup>2</sup> A partir daí (como discuto no próximo tópico desse capítulo) “A Ilha de Santa Catarina” – afirma a tese de doutorado Augusto da Silva (2008, p.14) na qual concordo com as interpretações do autor – passa a ocupar “posição peculiar no *Sistema Colonial*. Sua principal função era servir de base militar para a defesa de espaços mais valorizados do ponto de vista econômico.” (SILVA, 2008, p.14) (destaques meus)



ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Às margens d' *O Mediterrâneo*. Michel Foucault, historiador dos espaços. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de Souza (organizadores). **Cartografias de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. pp. 93-105.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **Tratado dos Viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES FILHO, Ivan. **História dos Estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

\_\_\_\_\_. "Introdução". In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). "**Um mapa da questão nacional**". Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 07-22

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: **Boletim da FFLC nº208, da Geografia nº.11**. 1956

BALDIN, Nelma. **A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC, 1980.

BAUER, Otto. "A Nação". In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). "**Um mapa da questão nacional**". Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp.45-83.

BOURDIEU, Pierre. "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a identidade da região." In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp.107-132.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. (volume 3) São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do espaço. In: \_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru (SP): Edusc, 2005. pp.37-52. (capítulo 2)

CLAVAL, Paul. "Uma, ou algumas abordagem(ns) na geografia humana." In: SERPA, Â (Org). **Espaços Culturais: vivências, imaginação e representações**. Salvador: EdUFBA, 2008. pp.13-29.

CONTEL, Fabio. "*O Mediterrâneo* de Fernand Braudel: diálogos possíveis com o pensamento geográfico." **Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. pp.199-218

HOLANDA, Sérgio Buarque. "Do Bandeirante ao Tropeiro." **Revista Rumo, Ano I, 3º trimestre 1943 – nº 2, vol. 1**. (Casa do Estudante do Brasil). pp.04-12.

\_\_\_\_\_. **Caminhos e Fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HÜBENER, Laura Machado; BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **Contribuição para o estudo da integração catarinense**. [S. l.]: s.n., 1988? Não paginado.

IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios brasileiros XXXII Volume, Municípios do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.



KANTOR, Iris ; BUENO, Beatriz P. Siqueira ; FERLINI, Vera Lúcia A. “Dossiê em rede : cartografia vivida e razão de Estado no Século das Luzes.” **Anais do Museu Paulista. São Paulo n. Sér. V.17 n.2 pp.11-15 jul-dez. 2009.**

MACHADO, Paulo Pinheiro. “A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912).” In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.**

\_\_\_\_\_. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política de colonização no Império.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

MASSEY, Dorenn; KEYNES, Milton. “Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações.” Niterói (RJ) **GEOgraphia, UFF Vol. 6, Nº 12 (2004), pp. 07-23.**

MARTINELLO, André Souza. Insulares Santa Catarina: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950-1970). Dissertação (Mestrado) em História, 2012. Florianópolis. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.**

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Historicidade, Consciência e Construção do Espaço. Notas para um debate.” **Métodos em questão (nº 18).** Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1983. pp.01-14.

\_\_\_\_\_. “Foucault e a Geografia.” In: TRONCA, Ítalo A. (org). **Foucault Vivo.** Campinas (SP): Pontes, 1987. pp.127-136.

\_\_\_\_\_. “Foucault e a Geografia.” In: AGB/Associação dos Geógrafos Brasileiros São Paulo. Nº66. 1º Semestre de 1988. pp.129-135.

\_\_\_\_\_. “A particularidade Histórica da Alemanha e a Gênese da Geografia Moderna.” In: \_\_\_\_\_. **A gênese da Geografia Moderna.** São Paulo: Hucitec/Ed. da USP, 1989. pp.15-75 (cap.I).

\_\_\_\_\_. “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil.” **Estudos Históricos vol.4, nº 8. 1991.** pp.166-176.

\_\_\_\_\_. “Notas sobre a Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil.” **Revista Território julho/dezembro 1999, UFRJ – Ano IV, nº7.** pp.43-50.

\_\_\_\_\_. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial no ‘longo do século XVI’.** São Paulo: Hucitec, 2000a.

\_\_\_\_\_. Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente. **Tese de Livre Docência em Geografia USP.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/FFLCH, Geografia Humana. São Paulo, 2000b.

\_\_\_\_\_. “Bases da Formação Territorial do Brasil.” **Revista Geografar, departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade do Espírito Santo/UFES.** Vitória, nº 2, junho de 2001. pp.105-113.

\_\_\_\_\_. “Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil.” In: RIBEIRO, Wagner C. (Organizador). **Patrimônio Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Ed. da USP; Imprensa Oficial do Estado de SP, 2003a. pp.79-87.



\_\_\_\_\_. “El Sérton como el ‘Otro’ Geográfico.” In: BERTONCELLO, Rodolfo; CAROS, Ana Fani A. (organizadores). **Processos Territoriales en Argentina y Brasil**. Buenos Aires: Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidade de Buenos Aires: 2003b. pp.45-58.

\_\_\_\_\_. **Território e História no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Ideologias geográficas**.5ªed. São Paulo: Annablume, 2005b.

\_\_\_\_\_. “Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira.” In: KRITSCH, Raquel; RICUPERO, Bernardo. (Organizadores). **Força e Legitimidade: novas perspectivas?** São Paulo: Editorial Humanitas, 2005c. pp.113-129.

\_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.

\_\_\_\_\_. “Nação e território: ideologias geográficas na formação histórica do Brasil.” In: Instituto Prometheus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos; Fundação Lia Maria Aguiar. **Fórum Rumos da Cidadania**. São Paulo: Instituto Prometheus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos, 2010. pp. 59-72.

\_\_\_\_\_. ; COSTA, Wanderley M. da. **Geografia Crítica, a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

\_\_\_\_\_. ; COSTA, Wanderley M. da. “A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço.” In: SANTOS, Milton (organizador). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988b. pp.111-130.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC; Editora da UFSC, 1991.

PRADO JUNIOR, Caio. “A formação dos limites meridionais do Brasil.” In:\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp.157-173.

SALOMON, Marlon. O saber do espaço. Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. **Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH, Tese Doutorado em História**, 2002. Florianópolis,

SANTOS, Luís C. V. Gomes. **O evangelho do Barão**. Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

SANTOS, Milton. **La Nature de L’Espace**. Technique et temps, raison et emotion. Traduit par Marie Hélène Tiercelin. Paris: L’Harmattan, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**.” São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Júnior, o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Augusto da. A Ilha de Santa Catarina e sua Terra firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). Tese (doutorado) em **História Econômica, FFCLH/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP**. 2008.



SINGER, Paul. *Blumenau*. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968. pp.81-140.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. “‘Território’ da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.” In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Ed. Expressão Popular; Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009. pp.57-72. (cap.03).

VALVERDE, Orlando. **Planalto Meridional do Brasil**. Guia da excursão nº9, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.

## RESUMO

As condições favoráveis de parada e atracagem em portos tiveram papéis fundamentais no território brasileiro ao longo do tempo. As características naturais da geografia (como o relevo, a geomorfologia das baías, etc.), permitiam a “ancoragem” de embarcações, reabastecimentos das frotas e, principalmente, realização de manutenção. Muitas vezes, as condições meteorológicas e às intemperes no mar fizeram com que a procura e o encontro pelos melhores portos, permitiam um intervalo seguro no percurso. Tais pontos de parada ao longo do litoral dão pistas de quais espaços elegia-se preferencialmente para realizar as manutenções e reabastecimentos.

A compreensão dos papéis dos portos, passa também pelas comunidades no entorno portuário e das características do(s) circuito(s) da navegação e, de temas relacionado a infraestruturas, a (geo)políticas da época, da economia e da natureza. A proposta desse trabalho em discutir e apontar algumas características e dimensões fundamentais dos portos e suas respectivas territorialidades, sobretudo, do ponto de vista das descrições dos viajantes.

A partir dos relatos de tais viajantes percebe-se nas suas descrições como a qualidade e o conforto das baías favoreceram as paradas na Ilha de Santa Catarina (ao mesmo tempo em que desempenharam papéis concorrentes: Laguna, São Francisco do Sul e Paranaguá).

A “condição natural” de porto da Ilha e sua face continental a configuraram como verdadeira escolha das paragens e acolhida, consolidando como ponto de apoio fundamental para as navegações do Atlântico sul. A Ilha de Santa Catarina se destacou, com muito prestígio, na realização das demandas de viajantes, tal como se pode discutir a partir dos seus relatos.

A proposta de interpretação aqui sugerida, indica que a própria localização da Capitania de Santa Catarina deveu-se ao circuito da navegação e os portos naturais da Ilha de Santa Catarina. Tais discussões merecem articulação com às estratégias e disputas geopolíticas ibéricas na América do Sul, aos aspectos de apropriação e fixação de poder no espaço, assim como às próprias necessidades da navegação e comércio entre o Rio da Prata e a hinterlândia do Rio de Janeiro.

**André Souza Martinello** ( [andresoumar@gmail.com](mailto:andresoumar@gmail.com) )

Prof. no Dep. de Geografia (DGEO) do centro de ciências humanas e da educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)



32º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH NACIONAL

**DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA  
UMA HISTÓRIA PROFISSIONAL**

11 a 13 de Julho de 2023 online  
16 a 21 de Julho de 2023 presencial em São Luís - MA

Página 12 de 12



32º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH NACIONAL

**DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS PARA  
UMA HISTÓRIA PROFISSIONAL**

11 a 13 de Julho de 2023 online  
16 a 21 de Julho de 2023 presencial em São Luís - MA